

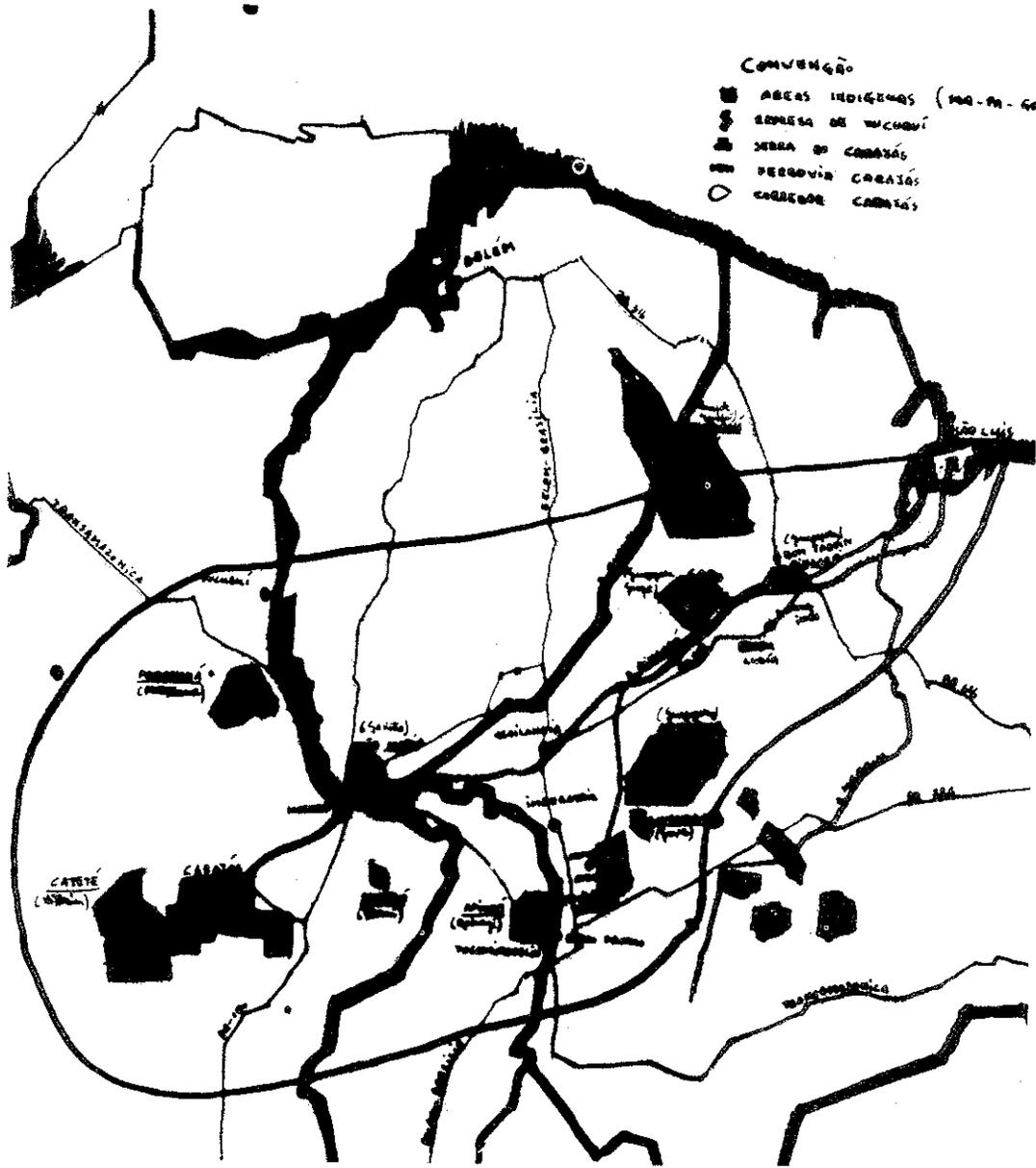
CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86
COD. J1 D 00022

CIMI: MARANHÃO – GOIÁS E NORTE II

**“O PROJETO CARAJÁS E AS
SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS
POPULAÇÕES INDÍGENAS”**

SÃO LUIS

1983



SUMÁRIO

Introdução

CAPÍTULO I: DESCRIÇÃO RESUMIDA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

- Histórico
- Investimentos do "Carajazão"
- Tipos de Projetos
- Razão Econômica
- Área do Programa

CAPÍTULO II: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS DO PROJETO CARAJÁS

- O Aspecto autoritário do Projeto Carajás
- O Aspecto Entreguista do Projeto Carajás
- Consequências Etnocida e Fraticida do Projeto Carajás
- A Terra Invadida
- Índios x Camponeses: Conflito Inevitável
- Carajás: A Nova Forma de Atração
- As Mudanças Ecológicas

CAPÍTULO III: PROJETO FERRO CARAJÁS: APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS" SOLUÇÃO PARA QUEM?

- Análise Rápida
- Mapa do Maranhão
- Situação Crítica
- Situação Atual
- Povo Krikati
- Situação do Pará
- 13,6 Milhões de dólares de "apoio" aos Índios
- As novas Aldeias
- Os Novos Hóspedes
- Os Novos Convertidos
- A Nova Filosofia, A Nova Praxis
- A nova Ordem Social
- Conclusão: O Presente do Projeto Ferro Carajás:
A Desintegração Cultural e Pessoal dos Povos Indígenas Beneficiados

CAPÍTULO IV: A PROPOSTA DO CIMI: IGUALITÁRIA, AUTÔNOMA, E PLURALISTA

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO

“Não é possível. Isto é um genocídio”.

A frase proferida em julho de 1979, em Goiânia, pelo bispo para-guaio, dom Alejo Obellar, depois de ouvir as denúncias dos crimes cometidos na região do Estado do Acre, por empresas como a Copersucar, Manasa, Paranacre, Colonizadora Itapiranga e outras, quando participava da Assembléia Geral do CIMI, ainda continua bastante e profundamente atual. No caso específico do Projeto Carajás ela serve até mesmo de uma alerta profética contra as consequências deste projeto para as nações indígenas.

O alerta da frase de dom Alejo Obellar deve trazer, necessariamente, sérias preocupações. Ou seja, Carajás é hoje a mais sutil e nova forma de matar os índios através de integração forçada à sociedade nacional. Visa, além disso, ao integracídio, isto é, à integração dos povos indígenas para acabar com seu nome próprio, transformando-os em “brasileiros”.

Em vista disso, este documento constitui resultado das preocupações do CIMI Maranhão-Goiás e Norte II a respeito das gravíssimas consequências a serem proporcionadas pelo Programa Grande Carajás às populações indígenas. Nosso objetivo com este documento é o de contribuir na discussão, já desencadeada, do Projeto Carajás, visando também romper alternativamente o monopólio da informação e da decisão da elite governamental, em benefício da sociedade brasileira e da sociedade indígena, em especial.

Neste trabalho, depois de uma consideração geral sobre o Projeto Carajás, destacar-se-á os contatos que tal projeto provocará entre a sociedade envolvente e as tribos indígenas. Do ponto de vista das populações indígenas que se encontram no raio de influência deste projeto, se ele for realizado nos moldes apresentados até agora, o Projeto Carajás merece também o título de etnocida. Levanta-se, enfim, uma outra alternativa baseada na convicção de que o etnocídio não é apenas uma palavra feia, ou um pecado que clama aos céus, mas é uma prática que ameaça toda a malha complexa da sociedade.

O texto-documento do CIMI Maranhão-Goiás e Norte II visa sair em defesa da causa indígena, procurando antes de tudo informar, analisar e denunciar as consequências de Carajás para estes povos, objetivando apoiar definitivamente, sem meio termo, a luta das nações indígenas em garantir a terra e seu direito à autodeterminação, rumo a uma concreta organização independente.

Este documento não quer ser um documento pronto, acabado, fechado sobre essa questão abordada. Pelo contrário. As sugestões, críticas e outras coisas no gênero serão sempre bem-vindas no intuito de melhorar consideravelmente o presente trabalho. Pois a intenção não é a de esgotar o tema abordado, mas sim estimular sua discussão, não pretendendo substituir outras publicações nem condensá-las.

Nosso trabalho quer também, finalmente denunciar o modelo de internacionalização da Amazônia Oriental e da economia nacional, presente no Programa Grande Carajás. Além disso, acreditamos, especificamente, que a democratização do poder passa necessariamente pela democratização da terra e pelo respeito às características das inúmeras etnias existentes no Brasil.

São Luis, maio de 1983

CAPÍTULO I :

**“DESCRIÇÃO RESUMIDA DO
PROGRAMA GRANDE CARAJÁS”**

histórico

A Serra de Carajás começou a despertar interesse a partir da década de 50, quando a U.S. Steel, utilizando os mapas "gentilmente" concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, encantou-se com a área. Diante da pressão das forças nacionalistas e da nova postura estratégica e empresarial assumida pela Companhia Vale do Rio Doce, no entanto, a iniciativa foi vedada, e o acordo de mineração formado entre a U.S. Steel e a CVRD foi desfeito através da compra das ações da primeira, de cerca de 50 milhões de dólares, pela CVRD em 1977. "Foi a partir desta compra, segundo uma versão, que nasceu esta proposta como uma saída viável para as dificuldades financeiras representadas pela compra". (1). Segundo uma outra fonte, "já se falava no Projeto Carajás numa reunião realizada em 1973, entre empresários e governadores do Norte e Nordeste" (2).

Seja como for, foi em novembro de 1980 que a Presidência da República, no âmbito de CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, considerando a proposta inicial da Companhia Vale do Rio Doce relativa a Amazônia, e seu interesse em âmbito governamental e estrangeiro de ampliar a proposta do projeto anterior, criou o "Carajazão", conforme ficou conhecido o Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, elaborado no Japão e de responsabilidade da Presidência da CVRD. Seu objetivo: estimular a instalação de um vasto conjunto de empreendimentos, capaz de duplicar as exportações brasileiras, conseguindo mais dólares para o pagamento da dívida externa do país.

Também, em novembro de 80, através do Decreto-Lei nº 1.813, se instituiu um regime especial de incentivos para as iniciativas a serem enquadradas no Programa Grande Carajás, numa área abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, entre os Rios Amazonas, Xingu e Parnaíba e localizada ao norte do paralelo de 8º de latitude sul.

Ao mesmo tempo, quase na mesma data, formou-se o Conselho Interministerial deste programa, composto de 8 ministros com amplos poderes e presidido pelo ministro-chefe da SEPLAN. Há, porém, ainda, um secretário-executivo pelo Conselho, Nestor Jost, ex-diretor presidente do Banco do Brasil, indicado para suceder o ex-presidente do Banco da Amazonas, Oziel Carneiro.

Levanta-se questionamentos a respeito da constitucionalidade deste conjunto de medidas. É baseado nelas, no entanto, que o Programa foi levado para a frente. No dia 04 de agosto de 1981, houve a primeira reunião do Conselho Interministerial que, na ocasião, baixou a Resolução nº 01, enfatizando "o esforço de captação de recursos externos sem explicitar, contudo, a prioridade da empresa nacional, privada ou estatal" (3).

Recentemente, foi realizada a sexta reunião, em Brasília, do Conselho Interministerial, conforme informação publicada, no dia 14.04.83, pelo jornal "O Estado do Maranhão", de São Luís. Tal reunião aprovou um conjunto de 12 itens resolutivos de uma extensa pauta. Dentre os itens aprovados na reunião presidida pelo ministro-chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, Delfim Neto, destacam-se, como integrantes do Programa: "o enquadramento da Agropecuária Ceres S/A, de São Luís, com seu projeto integrado de agricultura, pecuária,

(1) CADERNOS DO CEAS, nº 75, p. 65-66

(2) ASSELIM, Victor. "Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás. Vozes, Petrópolis, 1982, p. 139

(3) IBASE. "O Programa Grande Carajás: a Internacionalização da Amazônia", Cadernos do CEAS, nº 82, p. 35

bovina, exploração florestal e extração de côco babaçu; enquadramento da Construções Camargo Corrêa, de São Paulo, para fins de obtenção dos incentivos admitidos pela legislação pertinente, do projeto integrado relativo à implantação de uma usina destinada à produção de silício metálico de grau metalúrgico; e enquadramento da CIT - Companhia Industrial Técnica de São Luís, com o projeto de aproveitamento integral do babaçu”.

INVESTIMENTOS DO “CARAJAZÃO”

A dimensão do Programa Grande Carajás é realmente assustadora. O texto-base contido no Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, da CVRD, de abril de 81, fornece a tônica da implementação do programa. Região rica de recursos naturais, além de possuir áreas propícias ao aproveitamento agropecuário, a Amazônia Oriental começa a receber enormes investimentos em infra-estrutura.

Por exemplo: cerca de 62 bilhões de dólares fartamente distribuídos entre aplicações na infra-estrutura (22,5 bilhões de dólares) e investimentos diretos nos projetos potenciais (39,2 bilhões), segundo a proposta oficial prevê, serão investidos na implementação do “Carajazão” objetivando, até a próxima década, obter uma receita anual de 17 bilhões de dólares conseguida, principalmente, das exportações de minérios.

As cifras para a instalação, desde já, dos projetos de infra-estrutura no que se refere a energia elétrica, rodovias, ferrovias, núcleos urbanos, portos marítimos e fluviais, são gigantescas. Para se ter uma idéia, um “total de 6,8 bilhões referem-se somente ao segmento mineiro-metalúrgico, constituindo-se este no principal segmento do Projeto Carajás; 13,3 aos segmentos agricultura, pecuária e reflorestamento; e 2,4 aos demais” (4). Isto sem incluir a hidrelétrica de Tucuruí, que vai custar 5,6 bilhões de dólares.

Já os investimentos diretos previstos nos projetos a serem implementados na Província Mineral de Carajás apresentam também cifras gigantescas. De acordo com a proposta da CVRD e do Conselho Intermínisterial, somente para o setor mineiro-metalúrgico vão ser destinados um montante de 28,1 bilhões de dólares. Os outros setores têm assim distribuídos os seus investimentos:

- Agricultura: 8,1 bilhões
- Pecuária: 1,7 bilhões
- Reflorestamento: 1,3 bilhões

As perguntas e os questionamentos fluem espontaneamente das reflexões feitas sobre a grandiosidade dos investimentos deste programa. O Governo brasileiro, financiador das obras de infra-estrutura - via CVRD e Eletronorte, no caso de Tucuruí, beneficia privilegiadamente os grandes cartéis japoneses, norte-americanos, canadenses e alemães que recebem, por outro lado, “incentivos fiscais, entre os quais a isenção, por mais de dez anos, de todos os impostos, energia subsidiada e até aporte de capital nacional para complementar seus próprios capitais” (5). Com que objetivo? Outro não nos parece mais claro do que este: a internacionalização da Amazônia Oriental e da economia brasileira. Inclusive, as dúvidas sobre tal tentativa esbarram quando se constata através de uma fra-

(4) CIÊNCIA HOJE, “Carajás: O Grande Desafio”, SBPC, nº 03, 1982, p. 34

(5) PORANTIM, “Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio”, nº 43, 1982, p.08

se proferida em São Paulo, anos atrás, por um gerente geral do antigo Projeto Jari, o direcionamento dado pela elite governamental: "A orientação básica que recebemos é a de que estamos ocupando uma extensa área verde que amanhã poderá ser internacionalizada".

TIPOS DE PROJETOS

O absurdo não para aí. De responsabilidade exclusiva da Companhia Vale do Rio Doce, visando à produção de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, para a exportação sob a forma primária ou de ferro-gusa, o Projeto Ferro Carajás é concebido, idealizado e planejado como se não existissem populações indígenas e camponeses na região. Já em construção, a ferrovia de 890 Km, no sentido oeste-leste, entre a Serra dos Carajás e o Porto da Madeira, em São Luís do Maranhão, foi transformada em "corredor de exportação", loteando-se suas margens com glebas de 10 mil hectares. Os outros projetos são: Alcoa, Albrás/Alunorte e Mineração Rio Norte. Este último também foi incluído apesar de se encontrar situado geograficamente fora da área delimitada no Programa Grande Carajás.

Por outro lado, entre as obras de infra-estrutura do "Carajazão" incluem-se principalmente: a hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, que terá, em sua fase inicial, capacidade de 4 mil MW; a ferrovia Serra dos Carajás-Porto da Madeira, de 890 Km, além de já está sendo preparados sete grandes pólos industriais: Marabá, Carajás, Barcarena, Tucuruí, Paragominas, São Luís e São Félix do Xingu; como também a previsão de se construir outras hidrelétricas nos Rios Araguaia e Tocantins (Santa Isabel, Santo Antônio e Carolina). O objetivo do plano é de permitir, fundamentalmente, a interligação dos dois sistemas básicos do PGC: a ferrovia e a hidrovía.

Recentes informações divulgadas pela imprensa nacional dão conta de que o subsecretário de Comércio Exterior dos Estados Unidos, Guy Fiske, e o ministro das Minas e Energia, César Cals, assinaram um protocolo que prevê financiamentos de equipamentos norte-americanos para construção, no Brasil, de duas usinas hidrelétricas e duas termelétricas, desenvolvimento de processos de gaseificação de carvão e ainda cooperação científica e técnicas nas ciências geológicas e em recursos minerais e energéticos. Em contrapartida, as usinas hidrelétricas mencionadas no protocolo são as de Santa Izabel, no Rio Araguaia, de 2 mil MW que será construída em cooperação com a Canadá, e a usina de São Félix, no Rio Tocantins, de 1.700 megawatts.

O noticiário da imprensa nacional informa ainda que uma das termelétricas previstas é a de Jorge Lacerda V, em Santa Catarina, de 350 MW, em cooperação também com a Checoslováquia, envolvendo ainda a contrapartida de minério de ferro da CVRD. A segunda termelétrica, ao contrário de Jorge Lacerda V, que será a carvão, usará recursos madeireiros do futuro reservatório da hidrelétrica de Samuel, em Rondônia. Essa termelétrica será, entretanto, de 50 MW.

Além do mais, os segmentos previstos no Projeto Carajás: minero-metalúrgico, reflorestamento, agricultura e pecuária - contariam ainda, na verdade, com outras obras de infra-estrutura básica, fora as obras acima citadas: um porto fluvial, em Barcarena, com capacidade de receber embarcações de até 60 mil toneladas; dois portos marítimos: Itaqui, em São Luís, em escala comercial, capaz de aportar navios de até 60 mil toneladas, e outro na Ponta da Madeira, localizado também em São Luís, já em construção, em forma de terminal graneleiro, podendo receber cargueiros de até 280 mil toneladas.

RAZÃO ECONOMICA

O Programa Grande Carajás tem objetivos claros e definidos. Sua premissa fundamental, consubstanciada no Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, são os diversos "projetos de grande porte, porque só assim seria possível diluir os vultosos investimentos em infra-estrutura". Diz ainda o plano da CVRD e do Conselho Interministerial: "Essa premissa seria compatível com as perspectivas de mercado, se confirmados os efeitos da crise energética sobre a economia dos países industrializados".

Com que objetivos? Conforme o plano os objetivos não são outros, senão, o de "explorar os recursos naturais o mais rápido possível; exportar os bens produzidos como forma de saldar os compromissos externos; utilização intensa dos recursos internos para executar os empreendimentos produtivos". Em outras palavras, de acordo com a citação textual do plano do PGC, "gerar as divisas tão necessárias para o país, através de uma concentração harmônica de capital governamental e privado nacional com o capital estrangeiro".

Toda essa falácia oficial, porém, é cômica pra não dizer trágica. Se não, vejamos. Paulo César R. Oliveira de Sá, economista e geólogo da Coordenação de Tecnologia Mineral do CNPq, durante sua exposição na mesa-redonda "Carajás: Solução ou Problema?", na 1ª Reunião Regional da SBPC - seção Maranhão, em São Luís, salientou que "esse grande projeto nunca foi e nunca se construirá em solução nenhuma para o problema econômico pelo qual o Brasil passa". Em contrapartida, Paulo de Sá alertou, nessa ocasião, para o risco que o país corre com a construção desses projetos, resultando sempre em déficit da Balança de Pagamento e no aumento da dívida externa.

"A atual crise, segundo o geólogo, serviu para desmistificar de uma vez por todas a onda de propaganda que estão fazendo em torno de que Carajás vai oferecer muitos empregos e ajudar o Brasil a pagar a sua dívida externa". Diz ele ainda que "a CVRD, por exemplo, está com sérios problemas de caixa e algumas empresas que participam do projeto estão seriamente ameaçadas de parar suas atividades por falta de dinheiro". E conclui: "O destino dos grandes projetos no Brasil está desfeito e há uma grande incerteza com relação ao que vinha sendo divulgado. No caso de Carajás, este funcionou mais como esperança do que como realidade e pior para o país porque o seu crédito no exterior fica cada vez mais difícil".

ÁREA DO PROGRAMA

Os projetos minerais não são os únicos, todavia, a serem incluídos no Plano da Amazônia Oriental. Outros existem, além desses. Vejamos, então. Inicialmente foram estudados cerca de 110 milhões hectares. Desta área foi selecionada 68 milhões de hectares, chamada de área potencial "localizada em relação à ferrovia do Projeto Carajás e à hidrovía Araguaia-Tocantins, e em condições favoráveis às atividades agropecuárias e reflorestamento" (6). Cerca de 15,5 milhões de hectares, área superior do Estado da Paraíba, foram escolhidos para serem usados numa primeira etapa. Nesta área de 15,5 milhões de ha., o Programa Grande Carajás "pretende produzir anualmente 10 milhões de toneladas de grãos, 900 mil toneladas de borracha, um milhão de toneladas de "pellets" de mandioca, 5,4 bilhões de litros de álcool e 25 milhões de metros cúbicos de madeira" (7).

(6) PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás, o Ataque ao Coração da Amazônia: Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982, p. 60

(7) Idem, p. 97

Com uma dependência direta do segmento minero-metalúrgico, o projeto de exploração da floresta objetiva, entre outros aspectos, fornecer madeira para a produção de carvão a fim de alimentar os altos fornos das usinas multinacionais. Segundo o plano, o projeto de exploração da floresta abrangerá cerca de 2,4 milhões de ha. na área de influência da ferrovia dos Carajás, principalmente nas proximidades de Marabá e nos municípios de Imperatriz e Santa Luzia. O plantio anual, ao que tudo indica, para o reflorestamento, será de 179 mil ha. de nova floresta.

O segmento da agricultura vai utilizar cerca de 10,2 milhões de ha. em novos cultivos agrícolas, sendo 6,8 milhões de ha. destinados para o cultivo de grãos, pellets de mandioca, borracha natural e álcool-cana de açúcar. **Para fins de exportação.**

No setor pecuário a coisa não é menos grave. O projeto pecuário abrangerá 3 milhões de hectares, que constaria de 300 fazendas de 10 mil ha. cada uma, objetivando a criação de gado para ser exportado além de inversões de 5,77 milhões de dólares por unidade. Porém, o investimento total é bem maior, uma média de 1,73 bilhão de dólares, unidade. Porém, o investimento total é bem maior, uma média de 1,73 bilhão de dólares, considerando-se portanto as 300 fazendas previstas no empreendimento.

Registra-se, contudo o evidente surgimento dos já graves conflitos e desequilíbrios sociais existentes, dado ao fato do Programa não contemplar, em seu bojo, a análise, o estudo e a preocupação da questão fundiária da região e os já consequentes fluxos migratórios advindos de tal implementação. O barril de pólvora explodirá, sem dúvida. Afinal, os problemas advirão pela maior concentração da terra além da expulsão e marginalização dos posseiros e das populações indígenas.

CAPÍTULO II:

**“CARACTERÍSTICAS E
CONSEQUÊNCIAS DO
PROJETO CARAJÁS”**

Não falaremos neste capítulo de todas as características do Projeto Carajás. Por exemplo, deixaremos para os grupos de defesa do meio ambiente a tarefa de desenvolver o caráter predatório do mesmo. E nossa intenção salientar alguns pontos decorrentes da análise dos dados apresentados no capítulo I.

O ASPECTO AUTORITÁRIO DO PROJETO CARAJÁS

Partindo dos dados históricos uma constatação se faz necessária. Todas as decisões sobre o andamento do Projeto são tomadas, autoritariamente, no interior do Conselho Interministerial, longe da fiscalização da nação. E, como o IBASE alerta, "não se tem...nenhuma indicação da existência de debates das propostas encaminhadas pela Secretaria Executiva com apoio administrativo e técnico da SEPLAN". Não se conhece, até agora, quaisquer iniciativas para a participação de outros órgãos e instituições do Governo na formulação de políticas e critérios para a aprovação de projetos e programas ou para sua análise e acompanhamento. Há portanto um processo decisório fechado e não participativo no próprio âmbito do Governo Federal"(8).

Interrogações inúmeras tem sido feitas. Elas refletem as preocupações dos diversos setores da sociedade nacional. Se nem os altos escalões do Governo têm acesso ao processo decisório que está sendo encaminhado a respeito do Projeto Carajas, qual é a possibilidade de participação das parcelas marginalizadas da população? Acredita-se que as falhas graves apontadas pelos vários setores da sociedade interessados se deve, em parte, a este caráter não consultivo da elaboração deste projeto.

De outro lado é fácil explicar o autoritarismo do Projeto, analisando o aspecto entreguista do mesmo. A nação e até o setor empresarial não podem ser consultados, porque o Projeto beneficia só os grupos transnacionais. São eles que determinam o andamento do Projeto.

O ASPECTO ENTREGUISTA DO PROJETO CARAJÁS

Sob este ponto de vista, dentro da política desenvolvimentista executada pelo Governo brasileiro, um dos projetos mais comentados nos últimos tempos tem sido o Programa Grande Carajás. Caracterizado conforme os termos oficiais, pela rapidez nas decisões, grande escala de investimentos e a ausência de discussão a nível nacional, Carajás é um projeto que visa o aproveitamento dos vastos minerais, dos recursos energéticos e das terras, para a venda no exterior, à jato.

O fato do documento do IBASE rotular o Projeto Carajás como a internacionalização da Amazônia, não se atribui a um toque literário do editor, e sim a um aspecto fundamental do Projeto Carajas, na sua atual conceituação.

Na primeira resolução do Conselho Interministerial se enfatizou a necessidade de obter recursos externos para o Projeto Carajás. Omitiu-se, ao mesmo tempo a salva-guarda rotineira de explicitar a prioridade da empresa nacional, privada ou estatal, no empreendimento. Neste contexto, é previsível que a perda de "parcelas significativas do poder de decisão sobre importantes segmentos da economia, bem como não se aproveita a oportunidade de utilizar racionalmente os excedentes de geração interna de recursos de empresas privadas nacionais e empresas estatais"(9)

(8) IBASE, "O Programa Grande Carajás: a Internacionalização da Amazonas", Cadernos do CEAS Nº 82, p. 35

(9) IBASE, p. 35

A própria grandiosidade do projeto induz à participação de grandes empresas, com controle no exterior. Entrega-se a elas a posse de terras, de direitos minerais e o uso de mão-de-obra barata. Nem se coloca para estas empresas estrangeiras as mais simples exigências, tais como o uso privilegiado de equipamentos e tecnologias locais. Assim, já se garante que "a apropriação dos lucros, por ventura obtidos, se faz no exterior ou, então se utilizam intensamente todas as formas possíveis da remessa, uma vez que os centros de decisão estão fora do Brasil" (10)

A gravidade deste entreguismo se acentua diante do fato de que o próprio Brasil num espaço mais realista de vinte a trinta anos tem as condições financeiras e tecnológicas necessárias para realizar este projeto, sem apelar a financiamento externo, a não ser de forma suplementar.

Uma outra consideração diante da crítica de entreguismo é a utilização dos recursos da nação neste projeto (como já aconteceu no caso do Ferro-Carajás, Alunorte, e Albrás). Um sistema de incentivos e isenções tributárias será aplicado neste programa, oferecendo estes apolos ao capital estrangeiro, enquanto "a sociedade como um todo deixa de utilizá-los" (11). A burguesia nacional deixa de ser beneficiada, desta forma, em favor de parcelas da burguesia inserida nas empresas transnacionais. Se a indústria e a burguesia nacional são prejudicadas pela atual direção do Projeto Carajás, o impacto sobre a população marginalizada do poder é ainda mais grave, chegando, no caso do elo mais fraco, a população indígena, a implicar no morte cultural e até física de uma parcela importante deste setor da população brasileira, como se verá na próxima seção.

CONSEQUÊNCIAS ETNOCIDA E FRATRICIDA DO PROJETO CARAJÁS

O projeto Carajás é concebido, idealizado e planejado como se não existissem populações indígenas e camponesas na região.

A TERRA INVADIDA

Se o modelo desenvolvimentista do país não respeita a integridade territorial dos povos indígenas, no Projeto Carajás não há nenhuma garantia desta integridade. Ao contrário, as reservas indígenas demarcadas em 1977 já estão sendo remanejadas e invadidas para a implementação de projetos, tipo Carajás. O Governo Federal pode intervir, de acordo com a legislação hora em vigor, em qualquer momento, nas terras indígenas, visando entre outras coisas, o desenvolvimento das atividades de mineração. O motivo de tal intervenção é o mesmo de sempre: a segurança e o desenvolvimento nacional.

Além das companhias mineradoras, os índios possuem outros inimigos, muitos outros, certamente. Por exemplo: "o segmento da pecuária, sobretudo, levará o capim para centenas de milhares de hectares, ilhando as reservas indígenas, destruindo o equilíbrio ecológico da floresta, acabando com a caça. Ilhadas, as reservas serão facilmente invadidas, como já são, hoje (12); "uma a uma, as reservas serão invadidas, as aldeias transferidas" (13).

(10) IBASE, p. 30

(11) IBASE, p. 38-39

(12) PORANTIM "Projeto Carajás: Etnocídio Muito Bem Indenizado", Nº 45, 1982, p. 10.

(13) Idem.

Como podem as autoridades governamentais desconhecerem o massacre, agravado agora com o Programa Grande Carajás, dos povos indígenas do centro-oeste do Maranhão, do sul do Pará e do norte de Goiás?

ÍNDIOS — CAMPONESES: CONFLITO INEVITÁVEL

Do outro lado a exclusão dos pequenos agricultores do Carajás criará uma situação social de desajuste provocando os conflitos dos pequenos lavradores com os Índios.

Não é difícil prever as consequências dos contatos a serem promovidos nos diversos programas englobados no Projeto Grande Carajás. Como o avanço do grande capital no campo, programado nos projetos florestais e agropecuários haverá o recuo do pequeno agricultor. Encurralado, romperá as fronteiras já precariamente mantidas nas reservas indígenas.

O pequeno agricultor, desesperado, lutando para preservar seu estilo de vida e suas normas culturais, defrontar-se-á com a tribo indígena, ainda mais desesperada.

São casos comuns, e as vezes é a técnica usada pelos Tubarões: jogar os posseiros contra os Índios para limpar o terreno no futuro próximo. O caso é claro com a reserva Tembê, atualmente quase completamente invadida por fazendeiros, firmas e posseiros.

Os posseiros desapropriados e encurralados invadem em número sempre maior esta reserva com o apoio dos políticos e complacência, quando não encorajamento, dos órgãos estatais e federais.

CARAJÁS: A NOVA FORMA DE "ATRAÇÃO"

Se de um lado o Projeto Carajás significa a invasão violenta das terras indígenas, do outro lado, haverá a sedução das ofertas de emprego, com o acesso aos bens da "civilização" que esta significa. A tribo não terá condições de reagir coletivamente aos encantos temporários oferecidos pelo Projeto. Um por um, os mais audazes desaparecerão da tribo, deixando mais uma cultura para morrer, assassinada pela voracidade do capital.

O desencadeamento deste processo duplo, de invasão e de atração, levará à destruição das pré-condições necessárias para a manutenção da cultura indígena, e à substituição brusca de um modo tribal de vivência por um modo totalmente capitalista.

AS MUDANÇAS ECOLÓGICAS

O meio ambiente não tem nenhuma garantia de continuar oferecendo o modus vivendi às tribos.

Já temos os primeiros exemplos das mudanças ecológicas que os projetos acarretaram às reservas: a hidroelétrica de Tucuruí já determinou a transferência dos Índios Parakanã.

A ruptura da integridade física das reservas mediante a linha de transmissão da Eletronorte e da ferrovia cavada ao longo da área indígena significa uma invasão constante da privacidade de uma cultura desenvolvida na intimidade da floresta, além das previsíveis consequências quanto ao afastamento e destruição da caça.

O segmento da pecuária levará o capim para centenas de milhares

de hectares ilhando quando não invadindo as reservas indígenas, destruindo o equilíbrio ecológico das florestas, acabando com a caça. Ilhadas, as reservas indígenas serão facilmente invadidas. É previsível também a poluição dos rios pela mineração. O uso de produtos químicos para desmatamento de larga faixa de floresta e uma tentação constante e já usado como foi denunciado na área dos Xikrin.

Muita propaganda se faz do Projeto Ferro Carajás: Apoio às comunidades indígenas. É apresentado como a "solução" aos problemas que os povos indígenas vem enfrentando. É apresentado como um grande benefício — mas perguntamos: "Solução para quem?" "Que tipo de benefício?" É o assunto do terceiro capítulo do nosso estudo.

CAPÍTULO III

**“PROJETO FERRO CARAJÁS:
APOIO ÀS COMUNIDADES
INDÍGENAS”
SOLUÇÃO PARA QUEM?**

PROJETO FERRO CARAJÁS. APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

Concebido em janeiro de 1982, apresentado pela Cia. Vale do Rio Doce em colaboração com a FUNAI e financiado pelo Banco Mundial, o "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas" se compõe, basicamente, de uma apresentação e de três partes em que se faz uma abordagem histórica, se apresentam os aspectos demográficos das comunidades em questão e se descreve a projeção físico-financeira do projeto.

As consequências de tal projeto para as populações indígenas são inúmeras e incalculáveis. Vamos aos fatos. O "Projeto Ferro Carajás - Apoio às Comunidades Indígenas" tem também objetivos claros e definidos. Segundo o teor oficial, o projeto abrange 04 reservas indígenas no sul do Pará, habitadas por 04 nações indígenas (Parakanã, Xikrin, Suruí e Gavião) com uma população de 740 pessoas distribuídas em 07 aldeias; 06 reservas indígenas no centro-oeste do Maranhão, habitadas por 05 nações indígenas (Urubu-Kaapor, Guajajara, Huajá, Krikati e Gavião) com uma população de 3.438 pessoas distribuídas em 34 aldeias; e 01 reserva indígena no norte de Goiás, habitada por uma nação (Apinajé) com uma população de 447 pessoas distribuídas em 02 aldeias.

ANÁLISE RÁPIDA

O projeto define em sua apresentação os seus objetivos que visam "fortalecimento das comunidades que sofrerão com o impacto e com o contato com civilizados", serviço social

O projeto define em sua apresentação os seus objetivos que visam "fortalecimento das comunidades que sofrerão com o impacto e com o contato com civilizados", oferecendo "maior aporte de assistência em saúde e saneamento, serviço social, educação, promoção comunitária, transporte, agropecuária, energia e administração". Mas se esquece do principal: Terra.

Tudo isso seria engraçado se não estivessem em jogo o destino de milhares de povos indígenas. A terra é essencialmente ligada à existência e à autodeterminação das nações indígenas. Há áreas indígenas que ainda não foram demarcadas (Krikati e Parakanã) ou cuja demarcação

ainda não foi terminada (Apinajé). Sem a garantia da terra, a cultura ou a sobrevivência dos índios enquanto povos é ilusão. A terra para os índios é seu chão cultural, habitada por suas tradições, referência básica dos seus valores vitais, prenda de seus mitos, campo de sua história.

Se a FUNAI e o Governo Federal não conseguem ou não querem expulsar a fazenda Gran Reata que ocupa ilícitamente 30.000 ha. da reserva Xikrin; se a Eletronorte e a ferrovia Carajás já estão atravessando a área dos Gaviões, quanto mais o Projeto Grande Carajás que poderá ocupar as reservas é desapropriar os índios de suas terras, sendo tal projeto já de grande interesse nacional.

O decreto presidencial nº 88.118, de 23.02.83, confirma a destinação futura das terras indígenas. Este decreto, aliás, apesar de sua inconstitucionalidade, “dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas”, pelo qual a FUNAI proporá os limites da reserva, levando-se em conta basicamente os seguintes aspectos:

a) Por parte dos índios: “consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação e a situação atual” (art. 2º §2º);

b) Por parte da sociedade envolvente: “e presença de não índios na área proposta, bem como a existência de benfeitorias, povoados ou projetos oficiais” (art. 2º § 2º).

2 - O parecer conclusivo quanto aos limites da reserva será emitido por um “Grupo de Trabalho composto de representantes do Ministério do Interior, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, FUNAI e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes” (art. 2º § 2º)

3 - Encaminhamento do projeto do decreto ao Presidente da República.

4 - Assinatura e demarcação.

Mesmo querendo supor a “boa-vontade” da FUNAI, “em defender o interesse e o direito dos índios”, ela, segundo a proposta do decreto, é chamada a levar em conta a presença de não índios em terras índias, e de projetos oficiais, estando depois em minoria dentro de um Grupo de Trabalho composto de representantes de organismos contrários por filosofia e prática à preservação das terras índias, conforme demonstra a parte conclusiva deste mesmo decreto presidencial. É lógico supor, com as novas atribuições do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, do general Danilo Venturini, a intenção de se ampliar a intervenção mili-

tar na questão indígena.

Se declara também que o “Projeto Ferro Carajás... tivera a participação efetiva das comunidades indígenas de cada área”. O ministro Mário Andreazza, por exemplo, durante a assinatura do convênio entre a FUNAI e a CVRD para implementação de tal projeto, afirmou debochadamente que “as comunidades indígenas foram consultadas” para a elaboração do projeto. Será? Essa participação efetiva se deu em que níveis?

Por sua vez, o antropólogo Mércio P. Gomes ressalta que “essa participação só poderá existir se for consciente dos problemas a que ela se refere”. Exemplos sempre foram bons para esclarecer melhor uma questão. Numa certa ocasião, os índios Guajajara do P.I. Carú (município de Bom Jardim - MA) declararam que, os encontro que tiveram com a equipe de CVRD, em que foram “consultados”, não receberam nem sequer a mínima informação sobre a estrada de ferro que passa a menos de um Km de aldeia.

As perguntas e os questionamentos fazem-se necessários neste momento. Pode-se haver participação efetiva quando a cultura dominante oferece à cultura dominada um único caminho sem alternativas, e o diálogo ainda se fundamenta na relação colonial de colonizador-colonizado? Pode-se haver participação efetiva quando não há garantia da terra?

Já na abordagem histórica do projeto há uma descrição estarrecedora da atual situação das nações indígenas em questão quanto à invasão, depredação das terras e à saúde, em consequência do contato com “civilizados”. Por outro lado, na projeção físico-financeira, que é a parte orçamentária, o total que será investido e gasto para execução do projeto no quinquênio 1982/86 assoma a quantia de Cr\$ 1.547.246.000, assim distribuídos:

Sul do Para:	Cr\$ 524.135.000,00
Centro-Oeste do MA:	Cr\$ 907.061.000,00
Norte de Golás:	Cr\$ 116.050.000,00

Folheando o projeto, na sua última parte, constata-se a existência de itens padronizados que não levam em conta a especificidade dos grupos em questão. “07 ou 08 povos indígenas concernentes encontram-se em mundos diferentes, em relações diferentes com a sociedade regional e têm projetos culturais diferentes”, diz o antropólogo Mércio Gomes.

O projeto, no global e nos seus pormenores, tem todas as características de um projeto de colonização. Pode-se até mesmo fazer uma

comparação, por exemplo, com o projeto da COLONE.

Mas quais são as finalidades reais de tal projeto? Ele beneficia a quem? Aos índios ou aos grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais?

Através de uma análise superficial, constata-se também que o projeto visa dar às comunidades indígenas uma estrutura sócio-econômica totalmente diferente das delas e uniforme para todas elas. Não é preciso pensar muito nem tampouco ir muito longe para perceber tal constatação. As declarações das autoridades brasileiras dão a tônica peculiar para tais preocupações, pois, segundo elas, as comunidades indígenas “não podem atrapalhar a marcha inexorável do progresso” (14).

O ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou, em certa ocasião, ao assinar o convênio do “Projeto Ferro Carajás. ‘Apoio às Comunidades Indígenas’, que ‘o Governo procura cada vez mais conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ecológica e a integridade das comunidades indígenas” (15). “O convênio preservará a natureza e os homens que nela habitam” (16), complementa clinicamente o sr. Eliezer Batista da Silva, presidente da CVRD, em outra ocasião. Já o sr. Nestor Jost, secretário-executivo do Conselho Interministerial, foi mais direto e taxativo: “Os índios atingirão um grau de aculturação ao ponto de serem assimilados como trabalhadores no Projeto” (17).

Pelo sim, pelo não, o objetivo de tal empreendimento é verdadeiramente assustador e destruidor. Ou seja, transformar rapidamente os índios em colonos ou peões.

MAPA DO MARANHÃO

Os exemplos de como as terras indígenas estão sendo capitalisticamente invadidas já passaram das contas. O mapa do Maranhão, entretanto, fornece alguns deles (Ver Anexo):

1 - Reservas indígenas, Reserva Florestal (Decreto nº 51.026, de 25.07.1961, de Jânio Quadros), Projetos de Colonização (COLONE, IN-CRA) estão situados na parte centro-oeste do Maranhão. Exatamente na

(14) PORANTIM, “Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio”, nº 43, 1982, p. 08

(15) PORANTIM, “Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio”, nº 43, 1982, p. 09

(16) Idem

(17) Idem

região atravessada pela ferrovia Carajás.

2 - As áreas indígenas, com exceção da dos Krikati, foram demarcadas em 1977. A área do Alto Turiaçu formava uma única grande área com a do Carú em 1976. Em 1977, ano da demarcação, tal área foi desmembrada em duas, deixando no meio um corredor através do qual passará o ramal ferroviário vindo de Paragominas (PA), ligado ao trecho principal da ferrovia.

3 - Das outras áreas, umas foram dilapidadas (Pindaré-Bom Jardim), outras foram ampliadas (Canabrava-Barra do Corda e Bacurizinho - Grajaú) até chegar à atual conformação: 10 reservas abrangendo 07 nações indígenas com uma população de 8.765 pessoas sob a jurisdição da 6ª Delegacia de São Luís, representada por uma Ajudância e 15 Postos Indígenas.

4 - A demarcação das reservas ocorreu, parece, com o apoio dos órgãos públicos. Não foi criado, ao que parece também, conflitos com os altos escalões. Só mesmo com lavradores e até com fazendeiros (Grajaú).

Com efeito, esses dados levam a criar a convicção de que as reservas indígenas tenham sido retalhadas e ajeltadas em função do Programa Grande Carajás. No entanto, o discurso oficial tenta confundir a opinião pública com informações distorcidas: em março de 1980, Leopoldo Fontinelle, assessor de César Calls, ministro das minas e Energia, ao ser interpelado pela imprensa sobre a denúncia do CIMI de que as nações indígenas do Maranhão estariam ameaçadas de perder as suas terras, para os projetos incluídos no Programa Grande Carajás, argumentou que era "possível existires nações indígenas ao longo do perímetro do Projeto Carajás", e garantiu que até então "a CVRD não tinha recebido qualquer reclamação sobre a existência de terras indígenas, afirmando que a primeira referência ao problema de que tomara conhecimento tinha sido a denúncia do CIMI" (18).

Isso quer dizer que o Projeto Carajás foi pensado, elaborado e formulado de tal forma que ignora a existência das nações indígenas, como se não existissem índios na região atingida pelo Programa Grande Carajás. Deduz-se, em vista de tudo isso, que o interesse oficial está nas terras indígenas e não tanto na sobrevivência física e cultural das nações indígenas, consideradas como estorvo ao modelo desenvolvimentista do país.

(18) ESTADO DE SÃO PAULO, 20.03.81

SITUAÇÃO CRÍTICA

O que poderá acontecer?

O "Corredor de Carajás", ou "Corredor de Exportação", ao longo da ferrovia será investido em projetos florestais, agrícolas e pecuários com cultivo e produção de soja, feijão, milho, borracha, álcool, etc., gado para exportação, como já programado nos "projetos de distritos agrícolas". Haverá uma limpeza, na área, da presença de lavradores e pequenos agricultores, conforme a estratégia de ação por distritos. Processo, aliás, já em andamento: veja, por exemplo, no município de Bom Jardim, onde estão sendo usadas táticas diferentes para o despejo do pessoal ("Boletim Informativo", da Prelazia Cândido Mendes, 1 fev. 1983).

Além disso, também será necessária uma economia agrícola para abastecimento do mercado interno, conforme o projeto "Distrito Várzeas" que subsidia e contempla "pequenos e médios agricultores, responsáveis por mais de 2/3 da produção de alimentos do país, abrangendo 14 municípios do Maranhão. Para isso existem os projetos da COLONE, financiados pelo Banco Mundial, e do INCRA. Para isso também foi criado e planejado e já está sendo executado, o Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas".

Tal projeto, da FUNAI e da CVRD, visa ainda a construção de casas de alvenaria, escolas, postos médicos, centros comunitários, poços artesianos, instalação de luz elétrica, fossas biológicas, equipamento de máquinas de costura, filtros, instrumentos de trabalho, sementes e finalmente técnicos agrícolas. Todas estas obras de infra-estrutura têm as características de agrovilas ou núcleos dos vários projetos de colonização. Isto significa: os índios, enquadrados no Programa Grande Carajás, serão inseridos gradativamente num tipo de economia capitalista, deixarão de ser índios específicos para se tornarem índios genéricos, pequenos agricultores, na melhor das hipóteses, compulsoriamente engajados numa pequena agricultura dirigida para o abastecimento do mercado interno. Rumo à emancipação.

SITUAÇÃO ATUAL

No P.I. Pindaré e na aldeia Piçarra Preta (índios Guajajara - Tupi/Guarani, município de Bom Jardim) as casas já foram construídas ou estão sendo acabadas. No P.I. Pindaré há luz elétrica, a palavra chave é produzir. Os índios já estão num esquema de produção capitalista e num processo de acumulação. Estão produzindo bastante arroz e farinha de mandioca, escoados para o mercado de Santa Inês. Alguns já se habilitaram para "trabalhar com banco".

Outros fatos estarrecedores. Está desaparecendo o sistema de divisão de trabalho por sexo, típico de uma economia tribal. As mulheres Guajajara desenvolvem hoje aquelas funções de qualquer mulher de trabalhador regional. Mas, também, a mulher Guajajara está perdendo o "lugar" que antigamente tinha dentro da estrutura tribal. Não é raro ver índio Guajajara desta região bater na mulher. Na verdade, isto não é problema só de agora. Houve época em que a bebedeira e a prostituição eram típicas dessas comunidades. Quem as ajudou a levantar-se foi o atual chefe do P.I. Pindaré. Essas comunidades Guajajara, há muitos anos, têm contatos permanentes e constantes com a população regional e sempre procuraram criar laços de compadrinható com membros da po-

Acervo
ISA

pulação envolvente.

Em 1981 foi vedada, por intervenção dos índios Guajajara, uma tentativa para abrir na área indígenas Pindaré um aeroporto, de porte internacional. Provavelmente, porém, estes índios serão os primeiros a serem emancipados. Sob este ponto de vista, talvez se realizará o "velho sonho" do século passado em que, conforme os relatórios dos vários Presidentes da Província do Maranhão, se fez muitas tentativas para colonizar os Guajajara a fim de introduzi-los num sistema de produção agrícola mais racional, e "salvar" a desastrosa economia da Província. Os Guajajara eram considerados os índios mais "chegados à civilização" e de "exce-lentes aptidões para o trabalho". Mas, então, todas as tentativas fracassaram.

POVO KRIKATI

A coisa não é menos grave para o povo Krikati. Os Krikati, de Montes Altos, estão numa situação de avançada desagregação e desestruturação tribal. O processo foi agravado com a construção da estrada Imperatriz-Amarante, cortando o território tradicional dos Krikati, atualmente quase que totalmente invadido por fazendas, cerca de 15 grandes fazendas, e ocupado por lavradores sem terra (6.000 - 7.000 - 15.000), dados muitos incertos e contraditórios, de acordo com os diferentes interesses).

Uns poucos anos atrás, devido à estrada, era fácil ver homens e mulheres Krikati pousarem na rodovlária de Imperatriz entregues à bebedeira e à prostituição. Em 1980 a CHESF atravessou a área dos Krikati com a linha de alta tensão. Em vista disso, os Krikati foram "devidamente indenizados" com caminhão, trator e outras máquinas. Foi prometido também gado vacum e cavalari.

Ainda não se tem elementos suficientes para descrever o impacto produzido pela entrada das máquinas e medir o abalo provocado na cultura Krikati. Mas podem-se registrar alguns fatos:

1 - A aldeia, antigamente circular, com pátio no meio, conforme a cultura Krikati, tornou-se um aglomerado de casas sem disposição nem-significação nenhuma, onde as máquinas e outras construções têm lugar de destaque, e onde não mais tem pátio. Ou melhor, os Krikati estão deixando, ou são obrigados a deixar, de se reunir no pátio de manhã, de tarde (antes de depois de qualquer atividade tribal) e de noite (para os cantos e a dança) como era costume deles até poucos anos atrás.

2 - Agora a CVRD irá construir uma aldeia nova de casas de alvenaria e galpões para abrigar as máquinas. E essas máquinas para que servem? Como trabalhar numa terra completamente invadida? Os Krikati se acham numa situação em que, da noite para o dia, passaram de uma agricultura tecnologicamente primitiva do sistema da colvara a... trator, arado, etc., etc. Da parte deles houve manifestações de grande entusiasmo em relação às máquinas e aos projetos agrícolas.

3 - O capitão da aldeia, Francisco, colocado no cargo por um prefeito de Montes Altos, apoderou-se do caminhão, cujo motorista era o filho dele, e começou a fazer negócios de exclusivo interesse pessoal. Mas a comunidade se revoltou e, por influência das novas lideranças, o destruiu, escolhendo outro capitão, Benjamin, a fim de trabalhar para o bem da comunidade. Talvez este fato seja um sinal de que haverá nos Krikati, depois da fase inicial de alvoroço civilizatório, uma reação à civilização e um retorno à vida e aos costumes dos antepassados, assim como já aconteceu com outras tribos da língua Jê, segundo estudos de Curt Nimuendajú.

4 - Fica, porém, o problema fundamental: o da demarcação da ter-

ra. Parece que naquela região existe urânio, de acordo com mapa metalogênico de 1973. Mas será ou não demarcada a terra dos Krikati? Ou a área deles funcionará simplesmente com válvula de escape para diminuir as tensões criadas pelos conflitos de terra naquela região? Assim como demonstra também a intensa atuação do GETAT.

Esses fatos levam a imaginar que o futuro dos Krikati será diferente do dos Guajajara. Devido ainda ao recente corte de verbas destinadas à demarcação das áreas indígenas, é fácil imaginar qual o destino reservado aos Krikati.

SITUAÇÃO NO PARÁ

O "Projeto Ferro Carajás. Apolo às Comunidades Indígenas" materializará ainda mais a destruição física e cultural das nações indígenas do sul do Pará, centro-oeste do Maranhão e norte de Goiás. No Pará, especificamente, os Gaviões já sofrem a invasão desmascarada de suas terras. Inclusive, a linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí passa por suas terras. No início eles bloquearam durante anos tal tentativa, recebendo depois uma indenização de 40 milhões de cruzeiros.

Os Gaviões da reserva Mãe Maria, cerca de 52 mil hectares, enfrentam outro grave problema. Eles terão que conviver com a ferrovia Carajás-Itaqui, pois "de duas em duas horas a parte sudoeste da reserva será atravessada por um trem de minério, com aproximadamente dois quilômetros de extensão" (19). O que isto significa? O resultado não é outro senão a perda de seu território tradicional e a integração brusca dos índios Gaviões no sistema de produção capitalista.

Outros grupos indígenas, contudo, já estão sendo diretamente atingidos. A abertura da Transamazônica constitui um dos marcos mais impressionante do genocídio dos Parakanã. Este povo está sendo oficialmente removido do seu território tradicional, sendo que a transferência dos Parakanã foi provocada, entre outras coisas, pela construção da hidrelétrica de Tucuruí. "No mês de julho de 1981, não suportando mais o impacto devido ao acelerado desmatamento efetuado pela CAPEMI na reserva, alguns dentre eles doentes, decidiram se transferir por conta própria. A nova área ainda não foi demarcada" (20).

A hidrelétrica de Tucuruí inundará também parte da reserva dos Assurini. A reserva habitada pelos índios Assurini do Trocará é bastante rica, tanto em madeira como em fertilidade do solo e recursos minerais. Eles não serão diretamente afetados, mas o incremento das atividades na área prejudicará, sem dúvida, esse povo.

Os índios Xikrin "grupo que vive ainda em condições de relativo isolamento, para quem a caça e a coleta são essenciais à sua integridade" (21) serão diretamente afetados. A partir da construção da estrada Xinguara a São Felix do Xingu, passando no limite sul de sua reserva, os Xikrin do Catete começaram a receber a "visita" de inúmeros invasores. Sem dúvida, porém, esta invasão se intensificará com a implantação da ferrovia Carajás. Os Xikrin do Catete estão literalmente pisando sobre riquíssimas jazidas minerais. Será que o Projeto Carajás vai deixar de explorá-las?

(19) PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás, o Ataque ao Coração da Amazônia". Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982, p.102

(20) ACONTECEU. "Povos Indígenas no Brasil/1981". CEDI ESPECIAL, Lux Vidal, artigo Projeto Carajás, 1981, p. 43

(21) CIÊNCIAS HOJE. "Carajás: O Grande Desafio", SBPC, nº 03, 1982, p.52

Possuindo uma reserva de 26.300 ha. ao sul de Marabá, onde vivem 100 índios, os Surui sofrerão grande impacto com o "Projeto Ferro Carajás". Os Surui nunca aceitaram a atual demarcação de sua reserva. A reserva foi demarcada incorretamente, com prejuízo dos índios e em benefício de castanheiros da região.

Os índios Surui reivindicam nova demarcação com retorno às áreas tradicionais, locais de caça, antigos aldeamentos onde foram enterrados os seus mortos e de onde foram rechaçados por ataques de castanheiros.

A Funai alega falta de recursos para demarcação definitiva destas reservas. Dinheiro tem, como os 13,6 milhões de dólares para "apoio às comunidades indígenas, da área Carajás". Com certeza a finalidade deste apoio não é garantir a terra e o futuro destes povos mas sim sua INTEGRAÇÃO RÁPIDA AO NOSSO SISTEMA, deixando de serem "problema" para a sociedade dominante. Isto percebe-se claramente depois da análise do Projeto Ferro Carajás: Apoio às comunidades indígenas, (cf. anexo: aplicação destes recursos na aldeia Surui do Rio Sororó).

13,6 MILHÕES DE DÓLARES DE "APOIO" AOS ÍNDIOS

O CATERPILAR NO JARDIM

O Projeto Ferro Carajás entra nas aldeias como um caterpillar num jardim, destruindo, arrancando e substituindo. É a luta maciça para arrancar os povos índios de suas defesas e converte-los ao nosso sistema. São as "missões" modernas, não se apresentando mais com a cruz e espada, mas com os atrativos de nossa "civilização" e criação de infraestruturas e mecanismos que criam dependência irreversível. O sistema capitalista é tão rigoroso que nem se dá ao trabalho de apresentar projetos diferentes para cada povo indígena. O modelo é único, como as escolas, os postos médicos do interior, as casas do exército, que são baseados numa única planta. O Projeto Ferro Carajás não se preocupa com as diferenças culturais, com o grau de aculturação dos povos da região, mas unicamente com a meta final: índio - branco; índio dentro do sistema capitalista, como alguém que "colabore" e não "atrapalhe". O Projeto "Apoio às comunidades indígenas" é solução não para os índios, mas sim para a sociedade capitalista que vê nelas um estorvo para o seu avanço. É preciso acupar as últimas ilhas que fogem de sua completa soberania. É preciso a lavagem cerebral para que os que ainda hoje telmam "pensar e agir" diferente dos outros, se convertam

AS NOVAS ALDEIAS

Começa arrasando as moradias típicas para substituí-las com casas "nucleares", infraestrutura para os funcionários e trabalhadores, escola, enfermaria, garagem, armazem, curral, tudo nos moldes de uma vila modelo.

Ora a construção de casa, a disposição da aldeia relacionados com uma cosmo-visão, relacionamento social e parentesco, organização política, manifestações religiosas são diretamente ligadas à maneira de viver do Índio.

Os Parakanã, por exemplo costumam viver em pequenos grupos e são tradicionalmente nômades. As casas são tão unidas e intercomunicantes, e sem paredes que, praticamente, é possível atravessar a aldeia de lado a lado sem sair das casas.

Acervo
ISA

Que efeito terá uma aldeia de alvenaria, de casas fechadas e mono-nucleares? Eles costumam preparar a farinha de cada dia assando a massa de mandioca em pequenos fornos de barro, dentro de casa. É toda uma vida, um costume e um relacionamento, todo um conjunto de atividades tradicionais dos homens e mulheres, dos jovens e velhos, que vão sofrer uma mudança compulsória. De outro lado uma aldeia em alvenaria se apresenta de forma atraente para os índios: o cimento resiste mais do que a madeira e a brasillite mais do que a folha.

Uma infraestrutura desse tipo cria necessariamente uma dependência externa e a necessidade de recursos internos para mantê-la, uma vez que o papai Noel esgotar os presentes destinados aos índios. Mas sobre este assunto voltaremos mais adiante.

OS NOVOS HÓSPEDES

Para realizar esta infraestrutura desproporcional às pequenas aldeias indígenas, o Projeto prevê a introdução de mão-de-obra externa e o aproveitamento da mão-de-obra indígena.

Praticamente, em algumas aldeias o número de pessoas contratadas vai igualar, se não ultrapassar, o número de homens adultos dentro da aldeia.

Vamos ter dentro da aldeia um contato constante com os índios, um número desproporcional de estranhos despreparados para uma convivência com os índios: de carpinteiros, pedreiros, braçais técnicos. Para ter uma idéia, reproduzimos em anexo a aplicação dos recursos previstos para o Povo Indígena Sororó. (cf. anexo 1).

OS NOVOS CONVERTIDOS

Além do contato com pessoas estranhas à vida e ao costume da aldeia, o perigo ou como se queira a política do projeto prevê a preparação e utilização de mão-de-obra indígena. Com isso teremos assalariados e não assalariados entre os índios de uma mesma aldeia.

Salário significa dinheiro pessoal, mentalidade branca e poder aquisitivo dos "bens da civilização".

Num mundo de partilha, em que predomina a alegria de ser e viver, vai entrando o desejo do TER, a competição para ter mais, e ter EU e não o outro. Surgirá a categoria especial dos índios assalariados.

Entrará também um ritmo de trabalho diferente e o enfraquecimento das obrigações mútuas entre parentes e membros da tribo. Vai chegar o dia em que o trabalho só será vendido e não em "mutirão" como atualmente.

O costume tradicional de troca entre os índios está na linha da mútua colaboração e não na linha da obtenção de lucro.

O Projeto Carajás visa "converter" o índio para que ele venda a sua força de trabalho, alugue o seu braço, aprenda a trocar o seu esforço produtivo por dinheiro.

Quem serão os beneficiados entre os índios?

Os homens e entre eles os mais moços, os mais sadios, os mais disponíveis para a nova "catequese". Os mais velhos, os que detêm e transmitem as tradições, os conhecimentos e os valores à nova geração ficarão marginalizados dentro de seu próprio povo, vendo inutilizada sua sabedoria e enfraquecida a força de coesão do grupo. Os jovens lidando dia a dia com a nova realidade vão aprender que uma pessoa vale principalmente por aquilo que produz.

Quando os recursos externos terminarem, se os projetos surtirem efeitos, teremos uma comunidade voltada para o capitalismo e para a integração. Se fracassarem teremos uma sociedade desestruturada e des-norteada, e quem sabe, incapaz de se reencontrar.

A NOVA FILOSOFIA, A NOVA PRAXIS

A descrição do projeto AGRO-PECUÁRIO e extrativismo, demonstra uma vontade clara e compulsória de substituir rapidamente a economia de subsistência das populações indígenas por uma economia capitalista de mercado.

Estamos ainda na linha da "catequese e conversão" do índio, do mundo dele para o nosso mundo.

O que se substitui quando se insere o índio no mercado, é um sistema de valores por um outro sistema quase completamente antagônico. Se na tribo, é costumeira a auto-suficiência tirando suas necessidades da própria natureza, na sociedade de consumo o importante é a aquisição de bens produzidos por outros agentes econômicos. O trabalho se relaciona não diretamente com suas necessidades, mas com as condições de oferta no mercado. Encontra-se, então, em vez de auto-suficiência indígena a dependência capitalista.

Uma outra antinomia é a transição de uma cultura comunitária para uma cultura individualista.

Ainda mais, o índio se encontra obrigado a aceitar padrões competitivos de comportamento se ele quiser sobreviver, apesar que sua cultura enfatiza o espírito comunitário.

Finalmente, encontra-se a transição de uma sociedade baseada em relacionamento direto com todos os atores-pessoas significativos de sua vida, com a estabilidade relativa que isso promove, para uma sociedade onde se enfrentam numerosos relacionamentos secundários e fragmentários, com o desnortamento tão sentido nos centros urbanos, e expressos na violência e vícios.

Além destas considerações, a técnica introduzida é sofisticada e prevê um alto grau de especialização para um povo que até hoje quase

Além destas considerações, a técnica introduzida é sofisticada e prevê um alto grau de especialização para um povo que até hoje desconhece quase por completo o nosso mundo.

A "inserção" do índio em nossa sociedade, a "conversão" dele aos nossos valores se dá através do Projeto Carajás numa maneira totalmente artificial. O projeto choveu do céu, os recursos são dados sem nenhum esforço por parte do índio. Estes recursos serão limitados no tempo (05 anos). Uma vez que os recursos tiveram acabado, uma vez que o índio não terá mais as regalias de nossa civilização, é fácil prever que ele próprio pensará em outra maneira de obter "recursos" fáceis; de obter um lucro que não exija esforço. Neste momento o índio se encontrará desprotegido, tendo caído as defesas naturais oriundas de sua cultura, de sua escala de valores. Uma vez o índio que passar a desejar TER, TER MAIS e COM FACILIDADE o único caminho será ditado pela lei de mercado da sociedade capitalista. Ele olhará ao seu redor para descobrir o que tem para oferecer, para vender. Os Gaviões relutaram anos antes de assinar o contrato com a Eletronorte para passagem da linha de transmissão em suas terras. Porém, assinaram com muito mais facilidade o contrato para passagem da ferrovia, uma vez que a indenização da Eletronorte tinha esgotado. Quando o dinheiro desta segunda indenização terminou, eles mesmos procuraram outra fonte rápida de renda e pensaram na ven-

da da madeira da reserva. E quando a madeira de lei acabar? estes recursos, assim aplicados, é que geram um mecanismo interno de auto-entrega e por isso mesmo de autodestruição. Tudo isso numa sociedade des-preparada para uma análise crítica das consequências de determinadas ações e atitudes. Nesta fase de auto-entrega e de procura fácil e rápida, será fácil para as companhias mineradoras e os fazendeiros, realizarem contratos de exploração da terra indígena e até oferecer empregos e salários. A fase final será necessariamente a perda da terra e a integração dos índios no sistema capitalista. Deveras, este projeto é como açúcar envenenado outrora oferecido aos índios. Só que neste caso quando o índio ou alguns entre eles descobrirem o plano diabólico, encontrará uma sociedade já desagregada, incapaz de reagir e produzir os mecanismos de autodefesa necessários.

A NOVA ORDEM SOCIAL

Numa cultura indígena tudo está profundamente relacionado entre si.

Os recursos do Projeto Carajás para as áreas indígenas provocarão o deslocamento das atividades do projeto, influenciando radicalmente a organização social e o relacionamento entre os membros da mesma tribo. Os exemplos são inúmeros e as consequências já em parte descritas. Vamos aqui resumí-las e acrescentar alguns aspectos que nos ajudem a vislumbrar a total quebra das relações sociais tradicionais.

Toda organização social de um povo indígena roda em torno do problema da sobrevivência do grupo.

A sobrevivência determina a organização social do grupo. A segurança do indivíduo se apoia na coesão do grupo. Ninguém num grupo indígena tem a possibilidade de viver isolado ou viver uma forma de vida individualista. As tarefas de cada um são especificadas conforme a faixa etária, sexo, posição social (solteiro, casado, viúvo). Dependendo do parentesco e da posição dentro do grupo derivam uma série de normas sociais, normas morais, obrigações e direitos, que situam um indivíduo como parte integrante do grupo, lhe asseguram a sobrevivência e garantam a perpetuação da tribo.

Desta maneira de viver e se organizar nasceu uma série de valores característicos do mundo indígena. A coletividade está a cima de tudo, mas não esmaga o indivíduo, cada um tendo o seu lugar dentro da comunidade. A aplicação do Projeto Ferro Carajás determinará a mudança da economia, jovens engajados e assalariados pelos projetos, o tipo de trabalho e o ritmo do mesmo, destruindo a harmonia do mundo indígena, modificando completamente o relacionamento social e afetando profundamente todos os aspectos da vida da aldeia.

Examinemos, por exemplo, a posição do tuxaua, do pajé, e do conselho tribal numa sociedade indígena. São eles que determinam os trabalhos, as atividades e que orientam na solução dos problemas pessoais e coletivos.

A posição deles não é de privilégio mas de serviço, assim como a de um bom caçador, de um guerreiro, da mulher que cuida da roça ou que se destaca na habilidade da pintura corporal. Tudo é em função do grupo e não da obtenção de privilégios econômicos. A vida do índio é voltada para o ser e não para o ter, ou pelo menos não para o TER mais do que o outro. A realização dos projetos na aldeia visa a mudança destes valores. Na nova situação, quem determina o trabalho, quem conhece a técnica, quem paga funcionários e braçais, será o branco, um estranho à tribo. Na

medida que a nova mentalidade se infiltrar, ele, o branco, vai assumir de fato a chefia da aldeia, tendo nas mãos o controle da economia. Nos grupos mais coesos, não será possível realizar os projetos sem passar através do tuxaua, que nesse caso terá o controle da aldeia e se tornará, não mais o conselheiro, mas o dono absoluto. Onde a liderança é dupla como entre os povos do grupo JÊ o perigo será a divisão gerada pela competitividade. Existe também a real possibilidade de surgimento de novas lideranças promovidas pelo projeto e alheias aos interesses reais da tribo. Enfim, sob todos os aspectos a conclusão será sempre a desagregação social.

Até as manifestações sociais e religiosas da tribo sofrerão um impacto forte. Por exemplo, as festas estão sempre relacionadas ao ciclo econômico: abundância da caça, colheita e ao ciclo vital, nascimento, puberdade, casamento, morte. A mudança em relação à terra, a sua desacralização a mudança do relacionamento social, provocará a perda da motivação, a insegurança, o caos.

Os mitos não mais servirão para explicar e interpretar a realidade. Toda uma maneira de se relacionar com a natureza, com os outros e o sagrado, será fortemente ameaçada. Finalmente o ambiente social previsível e já se criando em diversas áreas, é pernicioso para o desenvolvimento normal de qualquer cultura assentada e muito mais de uma cultura indígena onde as defesas conhecidas na sociedade envolvente são inexistentes. Na área de mineração, já é mais do que conhecido o ambiente de desarticulação social que acompanha os garimpos onde soltam-se os freios do controle social exercido pela presença da família e de toda uma estrutura de obrigações mútuas. A prostituição, a bebedeira, a exploração correm soltas. A expectativa de riqueza rápida modifica as relações sociais, gerando o ambiente de sobrevivência do mais forte.

CONCLUSÃO: O PRESENTE DO PROJETO FERRO CARAJÁS:

A DESINTEGRAÇÃO CULTURAL E PESSOAL DOS POVOS INDÍGENAS "BENEFICIADOS"

Uma mudança destas dimensões, efetuada num prazo de tempo extremamente restrito, como será o caso se o Projeto Carajás alcance o ritmo de transformação prevista, servirá para tornar a população indígena um brinquedo das forças econômicas completamente fora de projeto, não há lugar para o índio tomar posição como agente livre, capaz de escolher seu futuro em conjunto com as outras forças sociais em atuação. Ao contrário, o impacto da situação se apresenta a ele de forma fatídica, como um desastre ou uma felicidade fortuitos cujo início e fim se escondem nas nuvens da indeterminação.

Os resultados de uma incapacidade de influir nos eventos atingindo suas vidas não tardarão a aparecer. Para o índio, para qualquer pessoa, quando os mecanismos de decisão se encontram fora de seu alcance, a tendência é de entregar-se à sorte ou à morte.

Para alguém que nasce dentro da cultura gerada pelo sistema capitalista, uma sequência de mecanismos de controle social é utilizada para garantir sua socialização dentro das regras do jogo capitalista. Aprende-se desde pequeno a se virar num mundo onde a sobrevivência exige agressividade e a procura de benefícios próprios. Mas as tribos indígenas socializam seus membros em padrões de conduta bem distintos. A sobrevivência de cada um depende da sua cooperação com o grupo. Cada membro da tribo contribui para o bem comum, segundo suas possibilidades, e recebe segundo suas necessidades. As decisões são tomadas em conjunto num conselho permanente. No caso dos Xikrin de Cateté, por exemplo, eles reúnem todas as noites para resolver os pequenos atritos, normais entre membros de um grupo humano, e planejar a divisão de tarefas para o dia de amanhã. O índio não aprende, na sua cultura, o mecanismo de controle social que é a mentira. Geralmente, entre as populações indígenas, os membros de uma tribo não são capazes, por falta absoluta das categorias mentais apropriadas, de dizer uma frase que não corresponda à realidade.

Qual é o impacto portanto da entrada de um indivíduo assim preparado, dentro da cultura da sociedade envolvente?

O índio aprendeu a viver em harmonia com a natureza tirando apenas o que ele precisa para sobreviver. A exploração brutal da floresta, a destruição das matas, é uma violência a seu próprio modo de ser. A terra não constitui para ele, num bem financeiro a ser explorado. Ao contrário, a terra é sua mãe, sua alma, é uma extensão do seu ser.

Estas observações podem ajudar o leitor sensível a perceber a profundidade do abalo que significa a entrada de um membro de uma tribo

Estas observações podem ajudar o leitor sensível a perceber a profundidade do abalo que significa a entrada direta de um membro de uma tribo indígena no sistema capitalista, sem roteção, sem processo, sem participação. É um choque que pode levar à desestruturação do senso do eu e do nós. O indígena se torna um incompetente descartável num mundo que mede valor por medidas completamente contrárias àquelas por ele utilizadas até então.

Estas são as conclusões lógicas e previsíveis partindo dos dados que os "projetos" oferecem.

Olhando para o futuro do índio, é bom lembrar a história destes povos, para ter uma luz de esperança.

Os índios apesar das grandes baixas no ano de 1.500 eram cerca de 5.000.000 e hoje cerca de 230.000 pessoas), apesar de 500 anos de história de agressão, genocídio e atocídio, conseguiram sobreviver. Teimam a se reconhecer como índios e a defender o seu próprio sistema de vida.

Será que os índios mesmos não vão encontrar um meio para resistir à investida maior e mais sutil do Projeto Carajás?

Nós confiamos na capacidade de resistência deles, mas que esta confiança não seja desculpa para dispensar nossa responsabilidade em denunciar este projeto. Acreditamos no esforço para a construção de um mundo pluralista em que povos diferentes possam conviver sem violência, em pé de igualdade.

CAPÍTULO IV

**“A PROPOSTA DO CIMI:
IGUALITÁRIA, AUTÔNOMA
E PLURALISTA”**

A PROPOSTA DO CIMI: IGUALITÁRIA, AUTÔNOMA E PLURALISTA

Para que haja um verdadeiro desenvolvimento, a partir das oportunidades oferecidas na Amazônia, parece-nos claro que há necessidade de repensar completamente o esquema em que o atual Programa Grande Carajás foi elaborado. Um programa autoritário, onde as decisões são tomadas longe dos olhos da sociedade como um todo, não pode aproveitar da criatividade e força presentes no conjunto dessa sociedade. Por definição, tal modo de atuar limita os padrões decisórios às experiências e aos interesses dos que se reúnem ao redor da mesa de planejamento. Já que este grupo de planejadores não surgiu a partir de um processo democrático, e não responde por suas ações em nenhum tribunal, é inevitável que suas decisões se tornem favoráveis a certos grupos à custa de outros.

Ainda mais, é óbvio que o grupo social que possui o menor poder de reivindicação, por se encontrar fora dos mecanismos de pressão do mercado, é o conjunto dos povos indígenas. É necessário substituir a forma autoritária de planejamento que atualmente tem sido empregado, por um estilo participativo, no verdadeiro sentido. Ou seja, um estilo marcado pela profunda igualdade de todas as forças vivas das nações existentes no território brasileiro.

A presente preocupação com o fluxo de divisas para o Brasil, no esforço de acompanhar as exigências dos banqueiros internacionais, deve ser abandonada em relação ao Projeto Carajás. Na medida em que o planejamento se preocupa com o balanço de pagamento, e não com o bem da nação, ele corre o risco de cavar um poço de dependência cada vez mais profundo, em que os interesses até da própria burguesia nacional sejam feridos. O desenvolvimento da Amazônia deve ser desvinculado do projeto de pagamento da dívida externa. As empresas transnacionais devem ser afastadas como agentes principais do "processo" almejado. O desenvolvimento brasileiro no seu novo surto amazônico deve ser marcado profundamente pela autonomia nacional, e, na medida do possível, regional.

Finalmente, percebe-se no Projeto Carajás a continuação e aprofundamento de um modelo de desenvolvimento que já mostrou sua debilidade para o resto do país. Um modelo baseado na falácia do "progresso", evidenciando um quadro social que surge em seu rastro: a expulsão de lavradores rurais, o desaparecimento de alimentos básicos da mesa da população, o desemprego urbano, a violência e o genocídio e etnocídio organizados contra as populações indígenas.

Questiona-se, particularmente, a pressuposição embutida neste projeto, de que o capitalismo selvagem e oligárquico, sustentado na tecnologia intensiva, seja o único modelo econômico desejável para a sociedade brasileira. Questiona-se profundamente esta crença, que tem alimentada a agressividade do capitalismo selvagem no meio brasileiro. Ao contrário. Acredita-se que a saída mais correta para a utilização dos recursos e inteligência do povo brasileiro só pode ser encontrada na inversão da atual tendência. Ou melhor, na valorização da diversidade de respostas ao problema básico da sobrevivência. É no pluralismo que a sociedade brasileira deve buscar o conhecimento para o desenvolvimento da "boa vida", que, afinal, deve ser o objetivo básico de todo e qualquer desenvolvimento.

Diante destas reflexões, colocamos aqui seis recomendações básicas face ao Programa Grande Carajás:

1 - Uma Moratória Imediata nos Projetos que Constituem este Grande Carajás.

Reconhece-se que esta proposta seja muito audaciosa, e que exigi-

ria habilidade política para se levar a cabo. No entanto, acredita-se que seja essencial para o encaminhamento de uma reflexão descomprometida, participada, igualitária sobre os rumos adequados do desenvolvimento da amazonia. Parar a construção das siderúrgicas, das ferrovias, da usina Tucuruí, podem parecer como impensáveis, devido aos investimentos já gastos nestas obras. Mas, uma pergunta: é melhor perder duas latas de leite hoje, ou a vaca da qual a cinco anos? Para o povo brasileiro, no seu conjunto, para os amazonidas, e especialmente para as populações indígenas, a resposta deve ser clara.

ções indígenas, a resposta deve ser clara.

2 - A Garantia da Integridade Física das Reservas Indígenas.

Para as populações indígenas a questão da terra é fundamental para sua sobrevivência como povos. Por isso, torna-se premente a demarcação definitiva das suas terras. Neste aspecto, reconhece-se também a urgente solução do problema camponês, com uma reforma agrária que realmente satisfaça suas necessidades.

3 - Fornecer Instrumentos Necessários para os Povos Indígenas se Tornarem Agentes da sua História Frente ao Sistema Capitalista.

Não pretende-se imaginar um sistema indígena completamente desarticulado da sociedade envolvente. A expansão da população e do capital impõem um contato cada vez mais intenso. Mas o índio não deve ser atingido como vítima passiva das mudanças propostas e executadas de fora. Ele tem suas propostas, suas alternativas a oferecer, se tiver o respaldo necessário. Para que ele possa elaborar, comunicar e reivindicar suas propostas, é necessário que as desigualdades no processo de articulação sejam eliminadas. Não se pode imaginar isso fora de uma educação bilíngue, da valorização cultural e do conhecimento profundo e crítico dos mecanismos atuantes nessa sociedade envolvente.

4 - Promover Discussão, a Nível Nacional e nas Bases, sobre a Opção por uma Sociedade Pluralista.

O Projeto Carajás é o exemplo mais claro hoje de uma política que pressupõe o modelo capitalista como o único caminho para a resolução dos problemas da vida e da conquista da felicidade. A caminhada histórica dos povos indígenas mostra claramente que existem outros caminhos. A opção por uma sociedade pluralista favorece e garante o intercâmbio entre culturas diferentes e iguais que, juntas, descobririam caminhos alternativos que trariam novos níveis de dignidade e felicidade para todos. Esta opção é vital para a sobrevivência dos povos indígenas.

5 - Promover Articulações entre Setores da Sociedade Brasileira Atualmente Marginalizados do Poder.

Se certos setores se apresentam como desinformados, desestruturados, isolados, medidas práticas devem ser tomadas para inverter esta tendência. Neste sentido, em vez de dificultar articulações, em prol de uma paz artificial, deve-se facilitar e promover os contatos entre lavradores, trabalhadores urbanos, e índios. Contatos livres, fecundos, de onde possam surgir elementos de um novo contrato social.

6 - Uma Retomada do Desenvolvimento Brasileiro em Novos Moldes

Propõe-se, por fim, que depois de um período de debate e fortalecimento das articulações populares, se desenvolva um novo estilo de desenvolvimento a ser experimentado na região amazônica. Um desenvolvimento igualitário, autônomo e pluralista. A partir de uma experiência profunda e real, ter-se-á condições de olhar a nova geração na cara, afirmando que teve-se a coragem de tomar a história na mão e construir o mundo de amanhã.

BIBLIOGRAFIA

- 1.
1. PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás, o Ataque ao Coração da Amazônia". Ed. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982. 140 p.
2. IBASE. "Programa Grande Carajás: a Internacionalização da Amazônia". Cadernos do CEAS, Salvador, nº 82, 1982.
3. CIÊNCIA HOJE. "Carajás: O Grande Desafio". SBPC, Rio de Janeiro; nº 03, 1982, p. 31-53.
4. PORANTIM. "Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio", Brasília, 1982, p. 08-10.
5. ACONTECEU. "Povos Indígenas no Brasil/1981". CEDI ESPECIAL, Rio de Janeiro, 1981, p. 43.
6. Síntese das Diretrizes e Programação para 1979-1982, São Luís, 1979.
7. SANTOS Breno A. dos. "Geologia e Potencial Mineral da Região dos Carajás", Rio de Janeiro, 1980.
8. Simpósio Alternativas para Carajás. Comissão de Minas e Energia, Brasília, Agosto 1981.
9. "PR
9. "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas". CVRD, janeiro 1982.
10. A Problemática Indígena no MA, especialmente nas Áreas de Influência Imediata da Ferrovia Carajás: Reserva Turiçu, Reserva Carú e Reserva Pindará. Mércio P. Gomes, set. 1982.
11. Mapa Metogenético do Brasil, 1973.

ÁREAS INDÍGENAS EM ZONA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO FERRO-CARAJÁS

Reserva (e posto Funai)	Grupo Indígena	População (estimada)	Área (ha)	Município
Alto Turiacu e Canindé	Urubu-Kaapor e Tembé (Tupi) Krëjê (Timbira)	495	530.520	Carutaperas Manção Cândido Mendes e
		130		
		5		
Guajá	Guajá(Tupi)	30(?)		Turiacu (MA)
Caru Awa (subsede)	Guajajara (Tupi) Guajá	102	170.000	Bom Jardim (MA)
		80		
Pindoré (fora de reserva)	Guajajara "Timbira" Outros Guajá	300	15.000	Bom Jardim (MA)
		7		
		60		
		155(?)	?	Bom Jardim (MA)
Araribóia Angico Torto Canudal Krikati	Guajajara Guajajara Guajajara Krikati (Timbira)	580	413.590	Amarante (MA)
		1.125		
		430		
		305		
Governador Bacurizinho Canabrava	Gaviões(Timbira) Guajajara Guajajara	280	41.640	Carutapera e Manção (MA)
		965	82.430	Grajaú (MA)
		1.100	131.870	Barra do Corda (MA)
		1.405		
Canela	Ramkokamekra(Timblra)	690	125.210	Barra do Corda (MA)
Porquinhos Urucu-Juruá Geraldo Morro Branco Rodeador	Apaniekra(Timblra) Guajajara Pykobjê(Timbira) Guajajara Guajajara e Canela	270	79.420(?)	Barra do Corda (MA)
		190	48.000	Grajaú (MA)
		21	?	Grajaú (MA)
		80	48	Grajaú (MA)
			2.342	Barra do Corda (MA)
			área de caça	
Apinajé	Apinajé(Timbira)	400	101.000(?)	Tocantinópolis (GO)
Sororó	Surui(Tupi)	100	26.200	São João do Araguaia (PA)
Trocará Parakanã Pucuruí (3º acampamento)	Asurini(Tupi) Parakanã(Tupi) Parakanã	120	21.700	Tucuruí (PA)
		140	309.000	Tucuruí (PA)
		40(?)	(?)	
Mãe Maria	Gaviões	170	64.000	Marabá (PA)
Cateté	Xikrin(Kaiapó)	260	439.150	Marabá (PA)
TOTAL		9.995		

* Sem posto da Funai.

Fontes: Funai (1982)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA) Comissão Pró-Índio de São Paulo

ANEXOS

PROJETO CARAJÁS - P.I. SORORO - Índios SURUI

Recebido em 23/08/82

48 milhões 325.000 cruzeiros

P. I. SORORO

Sup. prog. do proj.

Histórico

SAÚDE E SANEAMENTO

	Total	82	83	84	85	86
SAÚDE E SANEAMENTO	11.850	7.850	950	950	950	950
	2.500					
1 - Enf. Res. c/ 10 leitos	500					
2 - Equipamentos	3.000					
3 - Água (poço, reserva, chaf.)	900					
4 - Medicamentos fora CEME	1.000	200	200	200	200	200
6 - Atendente p/ 4 anos	3.750	750	750	750	750	750
TRANSPORTE COMUNICAÇÃO	7.300	2.800	4.500			
1 - 01 Pick.up clev. D-10 tração 4	4.500		4.500			
2 - 01 rádio SS3 a bateria	500	500				
3 - 01 equip. energia solar	800	800				
4 - Campo de pouso 1.000 x 40m	1.500	1.500				
ADMINISTRAÇÃO	21.995	3.639	7.439	3.639	3.639	3.639
1 - Casa sede do posto	3.000		3.000			
2 - Equipar sede do posto	800		800			
3 - 01 motorista (4 anos)	4.485	897	897	897	897	897
4 - 01 artífice	4.485	897	897	897	897	897
5 - 03 trabalhador braçal	6.225	1.245	1.245	1.245	1.245	1.245
6 - Manutenção posto	3.000	600	600	600	600	600
HABITAÇÃO	5.400	2.000	3.400			
Auxílio p/ const. 20 casas	5.400	2.000	3.400			
EDUCAÇÃO	3.800		3.800			
1 - 01 escola residencial c/ 01 sala	3.000		3.000			
2 - Equipar	800		800			
AGRO-PECUARIA e EXTRATIVISMO	34.180	21.190	9.390	1.020	1.180	1.400
1 - 01 trator MF-296 hid.	5.700	3.700				
2 - 01 carreta p/ 04 ton.	380	380				
3 - Grade aradora c/ pneu de 20 d. roçadeira	800	800				
4 - semeadeira - adubadeira	580	580				
5 - Lâmina frontal	600	600				
6 - Perfurador de solo	320	320				
7 - 01 grade niveladora de 48 d.	700	700				
8 - 01 sulcador	160	160				
9 - Garagem p/ máquina e emp.	2.000	2.000				
10 - Sementes arroz, feijão, milho 40 ha. (selecionados)	1.400	200	300	300	300	300
11 - Armazem-deposito	1.200	1.200				
12 - Casa de farinha	500	500				
13 - Equipar casa de farinha	400	400				
14 - 02 carroça c/ tração, animal c/ arreios	500		500			

	Total	82	83	84	85	86
15 - Formação pomar	2.000	200	300			
16 - 01 curral c/300m... etc.	600	600		400	500	600
17 - 30 vacas leiteiras	1.800		1.800			
18 - 01 reprodutor	200		200			
19 - 02 animais montaria, arrelos	180		180			
20 - 02 animais arrelos tração p/ carroça	140		140			
21 - 50 ha. capim colonião	1.500		1.500			
22 - 01 capineira c/03 ha. de cana c/ 03 capim elefante	500		500			
23 - 01 desintegrador	200		200			
24 - Ferramentas agrícolas	1.000		1.000			
25 - Aviamento p/ extração de castanha	3.000	1.200	1.800			
26 - Ferramentas	2.000	800	1.200			
27 - Capital inicial para cantina reembolsável	2.500	1.000	1.500			
28 - Incentivo a criação de peq. animais (porco, galinha)	500	500				
29 - Sal comum p/gado	250	70	30			
30 - Sal mineral	500	40	60			
31 - Medicamentos veterinários	1.800	200	200			
32 - 03 cochos cobertos nos pastos	90	90		40	60	100
33 - Maq. beneficiar arroz	300	300		80	120	200
34 - Motor a diesel 12hp	400	400		200	200	200
TOTAL	84.325	37.479	29.479	5.609	5.789	5.985

